PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO
DO
RIO GRANDE DO NORTE

JUIZ LEIGO DO PODER JUDICIÁRIO

ESMARN

PROVA SELETIVA
ANO 2014

Nome legível:

LÍNGUA PORTUGUESA

Ver o mundo com o olhar do outro

1 - Se o etnocentrismo pode, em certa medida, ser entendido como necessário para o reforço e legitimação das identidades dos diferentes grupos, pois alimenta no ser humano a crença no valor da própria cultura, por outro lado, ele pode, quando exacerbado, provocar resultados perigosos. Isto significa que no limite o etnocentrismo é aquela postura que, se levada às últimas consequências, provoca atitudes que deslegitimam e revogam o direito do outro à existência em sua diferença.

2 - Assim, ao longo de seu processo de construção enquanto ciência, a Antropologia vai paulatinamente saindo da visão etnocêntrica que orienta os diferentes grupos humanos. Para isso, nos propõe um esforço, e por que não dizer um desafio metodológico, no sentido de "abrir mão" das próprias crenças e abrir espaço para o entendimento do outro em sua própria lógica. Ou seja, o exercício que nos desafia enquanto observadores da cultura do "outro", "exótico", diferente, é especificamente "olhar o mundo com os olhos do nativo (indivíduo integrante da cultura que observamos)" como propunha Bronislaw Malinowski (1884-1942), um dos primeiros antropólogos a vivenciarem de perto a realidade cultural do "estranho", já nas primeiras décadas do século passado. Este pesquisador de origem polonesa, radicado na Inglaterra, nos deixou como legado a possibilidade de exercitar a "ida ao outro", ou seja, sair do próprio mundo cultural com todas as suas "maravilhas" e certezas e aventurar-se na vivência cotidiana da realidade cultural dos grupos pesquisados.

(Subsídios para o ensino de Sociologia nº 4. Jornal Mundo Jovem e Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUC/RS)

1. Assinale, com base na leitura do texto, o fragmento que melhor sintetiza o pensamento do autor, considerando a temática por ele explorada.

a) Ver o mundo implica posicionar-se conceitualmente sobre ele, levando em conta crenças e valores que constituem as nossas representações tanto na constituição do sujeito individual quanto coletivo.

b) Ver e olhar o mundo significa conhecer os detalhes que o compõem, abrindo mão do juízo de valor tão presente nas nossas formações, a fim de que criemos uma cultura de aceitação do outro no seu contexto de diversidade.

c) Ver e olhar o mundo, na visão etnocêntrica, encerram duas ações que se complementam e, paradoxalmente, se excluem quando, ao lançar o olhar sobre a cultura do outro, o sujeito passa a aceitá-la pela identificação ou refutá-la pelo "estranhamento".

d) Ver e olhar o mundo são ações que se equivalem, desde que traduzidas em exercício de alteridade, tendo como ponto de referência a valorização das diferenças, quando aquele que observa alarga sua visão de mundo, passando a integrar a cultura do outro.

e) Olhar o mundo supõe partir de uma visão etnocêntrica, segundo a qual a validação das próprias crenças ocorre quando utilizamos como parâmetro a cultura do outro enquanto reflexo da nossa própria cultura.

2. Leia os segmentos abaixo, considerando o contexto em que eles se inserem.

I. "Se o etnocentrismo pode, em certa medida... (linha 01)
II. "se levada às últimas consequências" (linha 05)
III. "... a crença no valor da própria cultura" (linha 03)
IV. "..."abrir mão" das próprias crenças..." (linha 10)

Sobre eles são feitas as seguintes afirmações:

A) A partícula SE, nos segmentos I e II, é classificada como conjunção condicional.

B) Em "se levada às últimas consequências", a partícula SE introduz uma oração intercalada com função subordinativa.

C) "... Crença", no segmento III, é um termo com função sintática de objeto direto.

D) "...crenças", no segmento IV, exerce a função de objeto direto preposicionado.

Estão corretas:

a) Apenas A e B
b) A, B e C
c) A, C e D
d) B, C e D
e) Apenas C e D

3. Em relação ao emprego de alguns recursos linguísticos no texto, assinale (V) nas afirmações verdadeiras e (F) nas falsas; a seguir, responda ao que se pede:

( ) "... necessário" (linha 01), "provocar sentimentos perigosos" (linha 04) e "deslegitima e revoga" (linha 06) encerram três ideias que têm como implicação uma pluralidade de visões de mundo, expressa pelo conceito de etnocentrismo.

( ) "...à existência" (linha 06) funciona como objeto indireto do verbo "revogar".
( ) A expressão "à existência" (linha 06)funciona como complemento nominal de "direito".
( ) O advérbio "paulatinamente" (linha 08) é um marcador temporal e pode ser substituído pela expressão "aos poucos", sem que haja prejuízo de sentido no texto.
( ) Os verbos "deslegitimam" e "revogam" (linha 06) podem ser considerados sinônimos.
( ) Os vocábulos... "que" (linha 04) e "que" (linha 13) podem ser classificados, respectivamente, como CONJUNÇÃO e PRONOME.

A sequência correta, de cima para baixo, é
a) V – F – V – V - V - F.
b) V – F – V – V – F - V
c) F – V – V – F - F - V
d) V – F – V – F – V - F
e) F – F – F – V – V- V

4. De acordo com a gramática, a concordância verbal configura uma relação entre os termos da oração. Partindo desse princípio, assinale a alternativa INCORRETA, considerando a norma culta.
a) Uma das temperaturas mais altas foram registradas neste final de semana, em Santa Catarina.
b) Os ministros do Supremo, entre os quais Gilmar Mendes, proferiram brilhantes discursos.
c) Ontem foi um dos dias em que as estrelas mais pareciam brilhar no céu.
d) Ricardo – manifestante mais fiel ao movimento – foi quem mais discursou ao longo da caminhada.
e) Esse foi um dos semestres em que mais houve mais aulas.

5. Leia os segmentos a seguir:
I. "... necessário para o **reforço** e legitimação das identidades..." Eu **reforço** a ideia de que devemos nos colocar sempre no lugar do outro.
II. O aluno pediu que prova fosse revisada, mas o professor **ratificou** a nota. O aluno pediu que a prova fosse revisada e, após isso, o professor **retificou** a nota.

Tomando como base os pares destacados nos segmentos I e II, podemos afirmar que eles são, respectivamente, exemplos de
a) Homônimos homófonos / homônimos homógrafos.
b) Homônimos homófonos e parônimos.
c) Homônimos homógrafos e parônimos.
d) Homônimos perfeitos / parônimos.
e) Parônimos / homônimos homógrafos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

6. São princípios fundamentais expressamente previstos na Constituição da República de 1988:
I. O desenvolvimento nacional.
II. A dignidade da pessoa humana.
III. O respeito aos direitos humanos.
IV. O pluralismo político.
V. A redução das desigualdades sociais.

Estão corretas:
a) I e II
b) I e V
c) II e IV
d) II, IV e V
e) II, III e IV

7. Os direitos e garantias fundamentais remetem-se, desde sua origem, à ideia de prerrogativas dos indivíduos em face do Estado, ou seja, de imposição de limites e controles à atuação do Estado, com vistas à proteção das liberdades individuais. Neste sentido, decorrem do art. 5º, da Constituição Federal de 1988 e são garantidos a todos os brasileiros, em qualquer situação, sem exceção:
a) O princípio da igualdade, a vedação à retroatividade da lei penal e a vedação à tortura e aos tratamentos degradantes.
b) A proibição da pena de morte e da prisão civil por dívida e a liberdade de reunião e associação.
c) A concessão de graça e anistia a condenados por infrações penais e a função social da propriedade.

d) A vedação à extradição de brasileiros, o direito de herança e a vedação à identificação criminal.
e) Nenhuma das alternativas acima.

8. Acerca da disciplina da Administração Pública e de seus servidores, na Constituição da República, julgue os itens a seguir:

I. A Emenda Constitucional nº 19 inovou a ordem jurídica, entre outras razões, por haver inserido no art. 37 o princípio da eficiência, consagrando, no plano constitucional, um novo modelo de gestão intitulado administração gerencial.
II. Como regra, o acesso aos cargos públicos depende de prévia aprovação em concurso público, de provas ou provas e títulos, a critério da administração.
III. É requisito essencial para a cumulação de cargos públicos a compatibilidade de horários, no entanto, em se tratando de servidor eleito para mandato eletivo federal, estadual ou distrital, deverá se afastar de seu cargo, emprego ou função.
IV. O teto dos vencimentos dos cargos públicos de todos os poderes corresponde àquele pago pelo Poder Judiciário.
V. Em caso de responsabilidade do Poder Público por ato praticado por um dos seus agentes, fica vedado à administração o direito de regresso, por força da teoria da *culpa in elegendo*.

Estão corretas:

a) I e V
b) I, II e III
c) II e IV
d) I, III e IV
e) I e III

9. "Durante um ano, uma equipe de nove pessoas da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio, dirigida pelo professor Joaquim Falcão, estudou a tramitação de 1,5 milhão de processos e 14 milhões de procedimentos judiciais que tramitaram no Supremo Tribunal Federal entre 1988 e 2013". (Um retrato do Supremo Tribunal, publicado em http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/186767-um-retrato-do-supremo-tribunal.shtml**, acesso em 22.09.2014).**

Acerca do STF e do Poder Judiciário em geral, marque a alternativa correta:

a) Os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos e fundamentadas as decisões, assim como as decisões administrativas, podendo a lei, naqueles, limitar a presença, em determinados atos, aos interessados e seus advogados ou somente a estes (art. 93, X e XI).
b) A declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público só poderá ser feita por maioria dos membros da corte ou de seu órgão especial.
c) Compete ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento da ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;
d) Compete ao Conselho Nacional de Justiça zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos e jurisdicionais praticados pelo Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, ficando assim afastada a atuação do Tribunal de Contas da União.
e) Caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões, bem como para controle do ato administrativo ou da decisão judicial que contrariar súmula ou jurisprudência dominante.

10. Ainda sobre o Poder Judiciário e as funções essenciais à Justiça, escolha a alternativa correta.

a) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.
b) A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumariíssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes togados e leigos;
c) À Defensoria Pública incumbe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, a todos os cidadãos.
d) Pelo chamado quinto constitucional, integrarão os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios membros provenientes do Ministério Público e da advocacia, com mais de dez anos de atividade profissional na respectiva carreira, indicados em lista sêxtupla, a qual será recebida no tribunal, onde será formada listra tríplice a ser encaminhada ao Executivo para escolha e nomeação.

e) Nenhuma das alternativas acima.

11. A respeito da ordem econômica e da defesa do consumidor na Constituição, assinale a alternativa incorreta.

a) A defesa do meio ambiente entre os princípios gerais da ordem econômica justifica o tratamento diferenciado para produtos e serviços em razão do impacto ambiental ocasionado na sua produção ou execução.

b) A defesa do consumidor foi consagrada na Constituição entre os direitos e garantias fundamentais e como princípio da ordem econômica nacional.

c) A livre concorrência é um dos princípios da ordem econômica e objetiva resguardar a competitividade do mercado.

d) Como regra, a exploração da atividade econômica diretamente pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.

e) Dentre as pessoas legitimadas a propor ação nos Juizados Especiais encontram-se aquelas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, em patente afronta aos princípios da igualdade e da livre concorrência, já que a criação de regime jurídico diferenciado é vedada pela Constituição.

12. Assinale a assertiva incorreta.

a) A União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir taxas, entre outros, pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis. São exemplos de taxas aquelas cobradas pela coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixos e resíduos.

b) São impostos estaduais os incidentes sobre a transmissão de bens imóveis *inter vivos* e *causa mortis* e os que recaem sobre propriedade de veículos automotores.

c) Devem ser regulados por lei complementar os conflitos de competência em matéria tributária entre os entes federados, o tratamento diferenciado e favorecido das microempresas e empresas de pequeno porte e a instituição de empréstimos compulsórios.

d) Uma estudante de direito destinatária de operação de importação de bens adquiridos em empresa internacional pode, por lei, ser equiparada a uma pessoa jurídica para fins tributários.

e) São exceções ao princípio da anterioridade o imposto sobre importação de produtos estrangeiros, o imposto sobre produtos industrializados e o imposto de operações de crédito.

DIREITO ADMINISTRATIVO

13. No que diz respeito aos princípios da Administração Pública é correto afirmar:

a) São princípios da Administração Pública explícitos na Constituição Federal, em seu art. 37, caput, legalidade, indisponibilidade do interesse público, moralidade, eficiência e publicidade.

b) São princípios da Administração Pública explícitos na Constituição Federal, em seu art. 37, caput, eficiência, impessoalidade, legalidade, moralidade e publicidade.

c) São princípios da Administração Pública explícitos na Constituição Federal, em seu art. 37, caput, legalidade, indisponibilidade do interesse público, motivação, especialidade e publicidade.

d) São princípios da Administração Pública explícitos na Constituição Federal, em seu art. 37, caput, eficiência, impessoalidade, proporcionalidade, moralidade e legalidade.

e) São princípios da Administração Pública explícitos na Constituição Federal, em seu art. 37, caput, legalidade, interesse público, motivação, especialidade e publicidade.

14. Acerca da organização da Administração Pública é correto afirmar:

a) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

b) Lei específica poderá criar empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, cabendo à lei complementar a criação de autarquia.

c) A fundação pública de direito privado possui regime totalmente privado.

d) As fundações públicas podem ser criadas tanto para a prestação de serviços públicos como para exploração de atividade econômica.

e) Empresa Pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com capital misto.

15. João, cumprindo pena privativa de liberdade no Presídio Estadual de Alcaçuz, foi assassinado no interior do presídio por outro presidiário. Por esse motivo, a mãe de João ajuizou uma ação civil contra o Estado do Rio Grande do Norte requerendo que este a indenize pelos danos morais sofridos com a morte do filho. Acerca da responsabilidade civil do Estado, à luz da teoria adotada majoritariamente no Brasil, é correto afirmar:

a) Neste caso, a ação poderá ser julgada procedente com base na responsabilidade subjetiva do Estado em virtude da omissão deste.
b) Em casos como esse, a responsabilidade do Estado é objetiva por se tratar da guarda de pessoas.
c) A responsabilidade do Estado é sempre objetiva, independente do dano ter sido causado por ação ou omissão sua.
d) A mãe do presidiário terá que provar que houve uma conduta omissiva do Estado na guarda do preso.
e) Se o presídio fosse privado, o Estado não responderia pelos danos causados à mãe do presidiário.

16. O Tribunal de Contas do Estado está apurando o motivo pelo qual o governo de determinado Estado da Federação vem atrasando o pagamento dos servidores do Poder Executivo que recebem salário superior a R$ 3.000,00 (três mil reais). Deste modo, o TCE está exercendo controle de caráter:

a) Concomitante.
b) Hierárquico.
c) Prévio ou preventivo.
d) Externo.
e) Subsequente ou corretivo.

17. Acerca da improbidade administrativa, marque a assertiva correta.

I. O enriquecimento ilícito, o prejuízo ao erário e a violação dos princípios da administração são espécies de atos de improbidade classificados pela Lei 8.429/92.
II. No ato de improbidade por equiparação o sujeito ativo é o particular beneficiado pelo ato de forma direta ou indireta, ou o que induziu ou concorreu para sua prática.
III. Ao agente público responsável pelo ato de improbidade que causa lesão ao erário poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, entre outras as sanções de multa civil de até 100 vezes o valor da remuneração do agente e perda da função pública.
IV. A autoridade que cometeu o ato de improbidade terá direito ao foro especial após o término do exercício da função pública.

a) Apenas a assertiva I está correta.
b) Estão corretas as assertivas I e IV.
c) As assertivas I e II estão corretas.
d) Todas as assertivas estão erradas.
e) Apenas uma assertiva está correta.

18. Acerca dos Agentes Públicos marque a alternativa correta.

a) Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
b) Apenas aos brasileiros, que preencham os requisitos estabelecidos em lei, são acessíveis os cargos e funções públicas.
c) Tendo em vista a vedação ao nepotismo, é proibida a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 4º grau, para o exercício de cargo em comissão, de confiança ou função gratificada.
d) O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo de vereador e deputado estadual, poderá acumular cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horários.
e) O estágio probatório protege o funcionário contra a extinção do cargo.

DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR

19. Sobre a capacidade da pessoa natural, assinale a opção correta.

a) A capacidade de fato ou de exercício está relacionada com o exercício dos atos da vida civil e independe da capacidade de direito ou de gozo.
b) Todas as pessoas têm capacidade de gozo ou de direito.
c) O incapaz não possui direito de gozo.
d) O emancipado não está habilitado a pratica de todos os atos da vida civil.
e) A personalidade civil da pessoa começa com a concepção.

20. Examine as proposições abaixo sobre negócios jurídicos.

I. A validade do negócio jurídico requer agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou determinável; e forma prescrita ou não defesa em lei.

II. Os negócios jurídicos em geral devem ser interpretados da maneira mais favorável àquele que esteja de boa-fé, cabendo ao aplicador do direito buscar mais a real vontade das partes quando celebraram o negócio do que o teor do instrumento contratual.

III. O silêncio importa anuência quando os usos o autorizarem ainda que necessária a declaração de vontade expressa.

IV. Na sistemática do Código Civil, que adotou o princípio da confiança, é nulo o negócio jurídico celebrado com erro, desde que o erro seja substancial, podendo ser percebido por pessoa de diligência normal em face das circunstâncias do negócio.

V. São anuláveis os contratos onerosos do devedor insolvente, quando a insolvência for notória, ou houver motivo para ser conhecida do outro contratante.

Pode-se afirmar que:

a) Nenhuma das assertivas é verdadeira.
b) As assertivas I e V são as únicas verdadeiras.
c) As assertivas I e II e III são as únicas verdadeiras.
d) As assertivas IV e III e V são as únicas falsas.
e) As assertivas III e IV são as únicas falsas.

21. Assinale a alternativa correta que contemple consequências advindas do inadimplemento das obrigações.

a) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, os juros de mora se contam desde a citação.
b) Se a prestação, devido à mora, se tornar inútil ao credor, este poderá enjeitá-la, e exigir a satisfação das perdas e danos.
c) Se não houver estipulação de termo certo para a execução da relação obrigacional, a mora se constitui exclusivamente pela interpelação judicial.
d) O valor determinado pela cláusula penal poderá superar o da obrigação principal.
e) Todas as alternativas estão corretas.

22. A respeito da definição de consumidor e os limites de aplicação do Código de Defesa do Consumidor nas relações contratuais, pode-se afirmar:

a) O terceiro, vítima de acidente, atingido em sua integridade física ou segurança, em virtude de defeito do produto ou serviço, é equiparado ao consumidor e faz jus à tutela do Código de Defesa do Consumidor, apesar de não ser partícipe direto da relação de consumo.
b) Aqueles que estão expostos à publicidade enganosa ou abusividades contratuais são equiparados aos consumidores, desde que determináveis.
c) O Código de Defesa do Consumidor abarca expressamente a possibilidade de a pessoa física e a pessoa jurídica figurarem como consumidores, sendo irrelevante saber se são destinatárias finais do produto ou serviço.
d) A coletividade de pessoas, que haja intervindo nas relações de consumo, só pode ser equiparada aos consumidores quando for passível de identificação.
e) Todas as respostas estão incorretas.

23. No tocante às relações de consumo, é correto afirmar.

a) A cláusula contratual que atenue a responsabilidade do fornecedor por vício do produto não é considerada abusiva, desde que esteja redigida com destaque no contrato, permitindo sua imediata e fácil compreensão pelo consumidor.
b) Tendo em vista o equilíbrio nas relações de consumo, a desconsideração da personalidade jurídica poderá se dar sempre que a personalidade da sociedade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo consumidor.
c) Não sendo entregue a mercadoria no prazo anunciado no site pelo vendedor, na hipótese de compra realizada pela internet, ao comprador assiste o direito de requerer apenas a rescisão do contrato com a restituição da quantia paga pelo produto, pois não se aplicam aos negócios virtuais as normas previstas no Código de Defesa do Consumidor.
d) É reprimida a ausência de dados secundários e essenciais na publicidade enganosa por omissão.
e) Em caso de vício oculto do produto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que o consumidor formula reclamação perante o fornecedor do produto até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca.

24. A respeito das normas de proteção ao consumidor, assinale a opção INCORRETA.

a) A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo a harmonização entre os interesses dos consumidores e dos fornecedores, atendido, dentre outros, o princípio da racionalização do serviço público.

b) As práticas comerciais abusivas são proibidas independentemente da ocorrência de dano para o consumidor.

c) É nula de pleno direito a cláusula contratual que determine a utilização compulsória de arbitragem.

d) Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados de caráter privado.

e) Todo aquele que se disponha a exercer alguma atividade no campo do fornecimento de bens e serviços tem o dever de responder pelos fatos e vícios resultantes do empreendimento, independentemente de culpa.

25. Mariana solicitou orçamento a um marceneiro para a confecção de 2 (dois) guarda-roupas. Tratando-se de contrato de consumo, assinale a opção incorreta:

a) Aprovado o orçamento, o valor orçado pelo marceneiro terá validade pelo prazo de 30 (trinta) dias, contado do seu recebimento por Mariana, salvo estipulação em contrário**.**

b) Na hipótese de o marceneiro empregar novas técnicas na confecção dos guarda-roupas e utilizar-se de serviços de terceiros, Mariana não arcará com os custos extras, pois não foram previstos no orçamento.

c) O orçamento aprovado valerá como se contrato fosse, somente podendo sofrer alterações mediante livre negociação das partes.

d) O marceneiro é obrigado a discriminar no orçamento o valor dos materiais a serem empregados na confecção dos guarda-roupas, cujo valor não poderá ser majorado ainda que ocorra aumento de preço no mercado**.**

e) Após entregue o orçamento, o marceneiro só poderá confeccionar os guarda-roupas com a expressa autorização de Mariana**.**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

26. Acerca da capacidade processual, é correto afirmar que:

a) A parte relativamente incapaz será representada por seus genitores, tutores ou curadores.

b) O juiz deverá nomear curador especial apenas para o réu preso e o revel citado por edital.

c) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é dispensável nos casos de composse.

d) Nas ações fundadas em dívidas contraídas por um dos cônjuges a bem da família, mas cuja execução tenha de recair sobre o produto do trabalho do outro ou os seus bens reservados, ambos serão necessariamente citados para as ações.

e) As sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, poderão opor a irregularidade de sua constituição.

27. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) O Juiz, verificando irregularidade da representação do autor, suspenderá o processo, marcando prazo para ser sanado o defeito. Caso não seja cumprido o despacho dentro do prazo, o juiz decretará a nulidade do processo.

b) O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.

c) É possível regularizar a procuração após o juízo de admissibilidade do tribunal *a quo*, sanando, assim, o defeito.

d) Nas comarcas onde houver representante judicial de ausentes, a este competirá a função de curador especial.

e) A capacidade processual ou capacidade de estar em juízo está intimamente ligada ao conceito de capacidade civil. Assim, as pessoas físicas têm essa capacidade quando se acham no pleno exercício de seus direitos.

28. Da análise das assertivas a seguir, é correto afirmar que:

I. A competência de varas especializadas, determinada pelas leis de organização judiciária, em razão da matéria, é de caráter absoluto, atraindo o julgamento das causas conexas com as distribuídas a ela anteriormente.

II. A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu.

III. Nas ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro da situação da coisa. Contudo, pode o autor optar pelo foro do domicílio ou de eleição, não recaindo o litígio sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.

IV. É competente o foro da residência da mulher para a ação de separação dos cônjuges e a conversão desta em divórcio, e para a anulação de casamento.

V. Reconhecida a continência, devem ser reunidas na Justiça Federal as ações civis públicas propostas nesta e na Justiça Estadual.

a) Apenas a assertiva II está correta.
b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
c) Apenas as assertivas II e V estão corretas.
d) Somente três assertivas estão corretas.
e) Todas as assertivas estão corretas.

29. Acerca dos poderes, deveres e da responsabilidade do juiz, marque a alternativa INCORRETA:
a) Os limites da lide se impõem com a petição inicial, estando o julgador adstrito aos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões não suscitadas.
b) O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento.
c) O princípio da identidade física do juiz não é absoluto, sendo possível a substituição do magistrado na hipótese de estar convocado.
d) O juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei. No julgamento da lide caber-lhe-á aplicar as normas legais; não as havendo, recorrerá à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito, podendo, ainda, em qualquer caso decidir por equidade.
e) Entre as exceções à aplicação do princípio da identidade física do juiz, insere-se o afastamento por motivo de férias, período em que é possível ao substituto proferir sentença, ainda que colhida prova oral em audiência de instrução e julgamento pelo magistrado originário, que a presidiu.

30. No que concerne aos recursos é INCORRETO afirmar:
a) As questões de fato, não propostas no juízo inferior, poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.
b) Apresentada a resposta à apelação, é facultado ao juiz, em cinco dias, o reexame dos pressupostos de admissibilidade do recurso.
c) São inadmissíveis embargos infringentes contra decisão em matéria constitucional submetida ao plenário dos Tribunais.
d) Os Embargos de Declaração, independente do rito processual, interrompem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes.
e) No Juizado Especial o recurso terá somente efeito devolutivo, podendo o Juiz dar-lhe efeito suspensivo, para evitar dano irreparável para a parte.

31. Sobre o tema Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar:
a) Cabe ao Tribunal de Justiça conhecer e julgar o mandado de segurança e o *habeas corpus* impetrados em face de atos judiciais oriundos dos Juizados Especiais.
b) Pessoas incapazes poderão ser parte nos processos tramitando nos Juizados Especiais.
c) Não se admitirá, no processo, qualquer forma de intervenção de terceiro, bem como de litisconsórcio.
d) Nas causas de valor superior a vinte salários-mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia.
e) Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico. Todavia, a perícia informal é inadmissível.

32. Acerca da execução é incorreto afirmar:
a) É possível durante a execução o credor desistir apenas de algumas medidas executivas.
b) A execução, fundada em título judicial, será processada perante o juízo cível competente, quando o título executivo for sentença penal condenatória**.**
c) Na execução fiscal, a Fazenda Pública poderá escolher o foro de qualquer um dos devedores, quando houver mais de um, ou o foro de qualquer dos domicílios do réu; todavia, preferencialmente, a ação será proposta no foro do lugar em que se praticou o ato ou ocorreu o fato que deu origem à dívida, desde que nele o réu ainda mantenha residência**.**
d) O executado será citado para no prazo de três dias efetuar o pagamento da dívida.
e) No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, poderá o executado requerer seja admitido a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês.

ÉTICA E ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL

33. No ano de 2008, pela Resolução nº 60, o Conselho Nacional de Justiça instituiu o Código de Ética da Magistratura Nacional. Os preceitos do Código de Ética complementam os deveres funcionais dos juízes que emanam da Constituição Federal, do Estatuto da Magistratura e das

demais disposições legais. Examine as proposições abaixo e assinale a alternativa correta quanto à ética do magistrado:

a) A integridade de conduta do magistrado fora do âmbito estrito da atividade jurisdicional em nada contribui para uma fundada confiança dos cidadãos na judicatura.

b) O magistrado que acumular, de conformidade com a Constituição Federal, o exercício da judicatura com o magistério deve sempre priorizar a atividade do magistério, dispensando-lhe efetiva disponibilidade e dedicação.

c) O magistrado deve evitar comportamentos que impliquem a busca injustificada e desmesurada por reconhecimento social, mormente a autopromoção em publicação de qualquer natureza.

d) Impõe-se ao magistrado a utilização de linguagem complexa, rebuscada e incompreensível pelos cidadãos.

e) O magistrado não tem o dever de guardar absoluta reserva, na vida pública e privada, sobre dados ou fatos pessoais de que haja tomado conhecimento no exercício de sua atividade.

34) As Corregedorias são órgãos de orientação, fiscalização e de controle disciplinar e administrativo de juízes e servidores. No que se refere às Corregedorias, examine as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

a) A Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do CNJ, será dirigida pelo Corregedor Nacional de Justiça, cuja função será exercida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que ficará excluído da distribuição de processos judiciais no âmbito do seu Tribunal.

b) Compete ao Corregedor Nacional de Justiça determinar o processamento das reclamações que atendam aos requisitos de admissibilidade, arquivando-as quando o fato não constituir infração disciplinar.

c) Compete ao Corregedor Nacional de Justiça responder pelo poder de polícia nos trabalhos do CNJ, podendo requisitar, quando necessário, o auxílio de outras autoridades.

d) Compete ao Corregedor Nacional de Justiça decidir as matérias relacionadas aos direitos e deveres dos servidores do CNJ.

e) Compete ao Corregedor Nacional de Justiça convocar e presidir as sessões plenárias do CNJ, dirigindo os trabalhos, cumprindo e fazendo cumprir o Regimento Interno.

35. As ouvidorias funcionam como um canal receptor de queixas e de coleta de sugestões para o aprimoramento do serviço, tendo como objetivo ser a via permanente de intercomunicação e de defesa dos interesses do cidadão no âmbito do Poder Judiciário. Examine as proposições abaixo e assinale a alternativa que NÃO contempla atribuição da Ouvidoria do CNJ:

a) Instaurar sindicância ou propor, desde logo, ao Plenário a instauração de processo administrativo disciplinar, quando houver indício suficiente de infração.

b) Receber consultas, diligenciar junto aos setores administrativos competentes e prestar informações e esclarecimentos sobre atos, programas e projetos do Conselho Nacional de Justiça.

c) Promover a interação com os órgãos que integram o Conselho e com os demais órgãos do Poder Judiciário visando o atendimento das demandas recebidas e aperfeiçoamento dos serviços prestados.

d) Promover a integração entre as Ouvidorias judiciais visando à implementação de um sistema nacional que viabilize a troca das informações necessárias ao atendimento das demandas sobre os serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário.

e) Apresentar e dar publicidade aos dados estatísticos acerca das manifestações recebidas e providências adotadas.

36. Os juízes leigos são auxiliares da Justiça recrutados entre advogados com mais de 2 (dois) anos de experiência. Em relação ao juiz leigo, assinale a opção INCORRETA:

a) No exercício da função de auxiliares da justiça, os juízes leigos têm o dever de buscar a resolução do conflito com qualidade, acessibilidade, transparência e respeito à dignidade das pessoas, priorizando a tentativa de resolução amigável do litígio.

b) Em caso de descumprimento de seus deveres, o juiz leigo poderá ser representado por qualquer pessoa perante o juiz togado ou a Coordenação Estadual dos Juizados.

c) O descumprimento das normas contidas na Resolução nº 174/2013 - CNJ resultará na suspensão ou afastamento do juiz leigo que, neste caso, ficará impedido de atuar como auxiliar da justiça em qualquer outra unidade do Sistema dos Juizados Especiais.

d) Os juízes leigos não estão sujeitos aos mesmos motivos de impedimento e suspeição dos juízes togados.

e) Os juízes leigos têm o dever de fundamentar os projetos de sentença, em linguagem que respeite as exigências técnicas e facilite a compreensão a todos, ainda que não especialistas em Direito.

37. Examine as proposições abaixo acerca dos deveres dos juízes leigos e assinale a alternativa correta:

I. O juiz leigo deve zelar pela dignidade da Justiça.
II. O juiz leigo deve subordinar-se às orientações e ao entendimento jurídico do juiz togado.
III. O juiz leigo deve abster-se de fazer pré-julgamento da causa.
IV. O juiz leigo deve guardar absoluta reserva e segredo profissional em relação aos fatos ou dados conhecidos no exercício de sua função ou por ocasião desta.

a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
d) Somente as proposições II e III estão corretas.
e) Todas as proposições estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

38. Em relação ao inquérito policial, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Mesmo em se tratando de inquérito sigiloso, tem prevalecido o entendimento de que o advogado deve ter acesso aos autos do procedimento investigatório, caso a diligência realizada pela autoridade policial já tenha sido documentada.
b) Diferentemente da fase judicial, em que se tem um rigor procedimental a ser observado, a fase preliminar de investigações é conduzida de forma discricionária pela autoridade policial, que deve estabelecer o rumo das diligências de acordo com as peculiaridades do caso concreto.
c) Quanto à possibilidade de indiciamento no âmbito dos Juizados, entende-se que, em função da simplicidade que norteia a própria investigação das infrações de menor potencial ofensivo, é inviável o indiciamento em sede de termo circunstanciado.
d) No relatório poderá a autoridade indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas.
e) Tem-se o arquivamento implícito quando o juiz, em virtude do não oferecimento de denúncia pelo Ministério Público, fundamentado em razões de incompetência da autoridade jurisdicional, recebe tal manifestação como se tratasse de um pedido de arquivamento.

39. Examine as proposições abaixo acerca da competência e assinale a alternativa correta:

I. No ordenamento brasileiro, a competência internacional é definida pelas regras de territorialidade e extraterritorialidade estabelecidas nos arts. 5º a 7º do Código Penal.
II. Compete à Justiça Comum processar e julgar militar por crime de abuso de autoridade, ainda que praticado em serviço.
III. Compete à Justiça Estadual Comum, o processo por contravenção penal, ainda que praticada em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades.
IV. Compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, os juízes federais da área de sua jurisdição, excluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
c) Somente as proposições I, II e III estão corretas.
d) Somente as proposições II e III estão corretas.
e) Todas as proposições estão corretas.

40. Assinale a opção correta acerca da prova no processo penal:

a) Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia e, sempre que conveniente, os laudos serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas.
b) A confissão será indivisível e irretratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
c) É vedada à testemunha breve consulta a apontamentos.
d) No procedimento sumaríssimo dos Juizados Criminais, todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Conciliador limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
e) O exame de corpo de delito somente poderá ser feito em horário de expediente nos dias úteis.

41. Acerca da prisão em flagrante, assinale a alternativa correta:

a) A nova redação do art. 310 do CPP, conferida pela Lei nº 12.403/11, deixa evidente que a prisão em flagrante, por si só, autoriza que o agente permaneça preso ao longo de todo o processo.

b) Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

c) No flagrante esperado, policiais ou particulares criam provas de um crime inexistente, a fim de legitimar falsamente uma prisão em flagrante.

d) Ocorre flagrante presumido ou ficto quando o agente é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

e) A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante; mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos quatro pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

42. Em relação aos Juizados Especiais Criminais, assinale a alterativa INCORRETA:

a) Em decorrência do critério da simplificação que norteia o Juizado, a sentença criminal não necessita de relatório.

b) Quando opostos contra sentença, os embargos de declaração interromperão o prazo para o recurso.

c) Da sentença que condenar ou absolver o acusado caberá apelação, a ser interposta no prazo de 10 (dez) dias, em petição que deverá conter as razões recursais.

d) Tratando-se de acusado com foro por prerrogativa de função, ainda que a infração penal praticada seja de menor potencial ofensivo, subsiste a competência do respectivo Tribunal para o processamento e julgamento do feito.

e) A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

43. Acerca da revisão criminal, assinale a alternativa correta:

a) O direito de propor a revisão criminal se extingue em 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

b) Não caberá a revisão criminal quando a condenação se baseou em prova falsa.

c) É cabível a revisão no Juizado Criminal, uma vez que, ao contrário da ação rescisória de natureza processual civil, não houve sua exclusão por parte da legislação que disciplina a matéria criminal.

d) A revisão somente poderá ser pedida por procurador legalmente habilitado ou, no caso de morte do réu, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

e) É necessária a capacidade postulatória para a propositura da revisão criminal.

44. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa, em sede de Juizado Criminal, caberá:

a) Carta testemunhável

b) Recurso Especial

c) Recurso em sentido estrito

d) Apelação

e) Embargos infringentes

DIREITO PENAL

45. Os princípios constituem o alicerce, inspiram a criação e a manutenção de um sistema jurídico. O Direito Penal se assenta em princípios próprios do Estado de Direito democrático. Examine e assinale a opção correta quanto aos princípios fundamentais do Direito Penal:

a) O princípio da humanidade decorre da dignidade da pessoa humana e contempla a constitucionalidade da criação de tipos penais ou a cominação de penas que violam a incolumidade física ou moral de alguém.

b) O postulado da intranscendência permite que sanções e restrições de ordem jurídica superem a dimensão estritamente pessoal do infrator.

c) O princípio da reserva legal estabelece que o Direito Penal só deve atuar na defesa dos bens jurídicos imprescindíveis à coexistência pacífica dos homens e que não podem ser eficazmente protegidos de forma menos gravosa.

d) O princípio da proporcionalidade, em sentido estrito, exige um liame axiológico e, portanto, graduável, entre o fato praticado e a cominação legal/consequência jurídica, deixando evidente a proibição de qualquer excesso, devendo existir sempre uma medida de justo equilíbrio – abstrata (legislador) e concreta (juiz) – entre a gravidade do fato ilícito praticado e a pena cominada ou imposta.

e) O princípio da insignificância ou da criminalidade de bagatela surgiu no Direito Tributário, derivado do brocardo *de minimus non curat praetor,* de modo que o reduzido valor patrimonial do objeto material autoriza, por si só, o reconhecimento da criminalidade de bagatela, dispensando os requisitos subjetivos.

46. Examine as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. Nos crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

II. Em geral, os crimes dolosos são compatíveis com a tentativa, pouco importando sejam materiais, formais ou de mera conduta.

III. O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, não responde pelos atos já praticados.

IV. Os crimes preterdolosos, unissubsistentes e as contravenções penais não admitem a tentativa.

a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
c) Somente as proposições I e III estão corretas.
d) Somente as proposições II e III estão corretas.
e) Todas as proposições estão corretas.

47. A obediência hierárquica é causa de:

a) Diminuição especial de pena
b) Exclusão da tipicidade
c) Aumento especial de penal
d) Exclusão da antijuridicidade
e) Exclusão da culpabilidade

48. Acerca do concurso de crimes, assinale a alternativa correta:

a) O concurso formal próprio é causa de aumento de pena e incide na terceira fase de aplicação da pena.
b) A sentença, quando aplica a pena em concurso material de crimes, não precisa especificar qual a forma de concurso que está reconhecendo.
c) É caso de concurso material de crimes quando o agente, mediante uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.
d) No concurso material, a suspensão condicional do processo somente é admissível quando a somatória das penas impostas ao acusado preencha os pressupostos do art. 89 da Lei. 9.099/05, de modo que o total das penas mínimas deve ser igual ou inferior a 2 (dois) anos.
e) Imperfeito ou impróprio corresponde à modalidade de concurso formal que se verifica quando a conduta culposa do agente e os crimes concorrentes derivam de desígnios autônomos.

49. Em relação às causas de extinção da punibilidade, é correto afirmar que:

a) Anistia, graça e indulto são modalidades de indulgência soberana emanadas de órgãos estranhos ao Poder Judiciário e, por concretizarem a renúncia do Estado ao direito de punir, dispensam o acolhimento posterior por decisão judicial, para acarretar a extinção da punibilidade.
b) O perdão do ofendido não é admissível fora do processo.
c) Nos crimes de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, de competência dos Juizados Especiais, a composição civil extingue a punibilidade do suposto autor do fator.
d) A perempção é sanção que somente pode ocorrer antes da propositura da ação penal.
e) O perdão judicial é ato exclusivo do Poder Judiciário e depende da aceitação do réu.

50. No que se refere à prescrição, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A contagem do prazo prescricional faz-se de acordo com a regra do art. 10 do CP, não se interrompendo nem suspendendo a contagem por férias, feriados ou domingos.
b) A Lei de Contravenções Penais não disciplina a prescrição, que segue, por isso, os princípios gerais, nos termos do art. 12 do CP.
c) A reincidência não interfere na prescrição da pretensão punitiva.
d) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 3 (três) anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada.
e) As penas restritivas de direitos prescrevem no mesmo prazo em que prescreveria a pena privativa de liberdade que elas substituíram.